

cescontexto

Direitos e Dignidade

Trajetórias e experiências de luta

IX Edição do Congresso Ibérico de Estudos
Africanos – VOLUME I

Organização

Maria Paula Meneses

Bruno Sena Martins

Nº 13

Abril de 2016

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2016

Agradecimentos

Esta coleção de trabalhos não teria conhecido a luz do dia se os/as colegas que organizaram as edições anteriores do Congresso não nos tivessem desafiado a dar continuidade ao projeto. À Itziar Ruiz-Gimenez Arrieta e à Clara Carvalho (e respetivas equipas), agradecemos pelo desafio e pelo apoio que nos prestaram.

Um agradecimento muito especial ao Centro de Estudos Sociais (CES), cuja equipa profissional assegurou a logística do evento, designadamente: à Alexandra Pereira, Inês Costa, André Caiado, Alberto Pereira e ao seu diretor executivo, João Paulo Dias. Em vários momentos, muitos foram os/as que nos apoiaram e ajudaram a dar corpo a esta iniciativa. Sem ser possível agradecer a todos/as, gostaríamos de referir especialmente o contributo da Romina Mello Laranjeira, da Carolina Peixoto, do Nuno Gonçalves, da Begoña Dorronsoro e do Carlos Nolasco. Um agradecimento especial à Inês Elias pela edição dos textos, assim como à coordenadora desta coleção, pelo apoio na edição dos três volumes que integram parte importante dos temas apresentados durante o congresso.

Os nossos agradecimentos estendem-se igualmente aos colegas da Comissão Organizadora do IX Congresso: Margarida Calafate Ribeiro (CES), José Luís Pires Laranjeira (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), Fernando Florêncio (Faculdade de Ciências, Universidade de Coimbra), Fabrice Schurmans (CES), Tiago Castela (CES), Elena Brugioni (Universidade do Minho), Sheila Khan (Universidade do Minho), Cristina Valentim (CES) e Inês Rodrigues (CES), que nos apoiaram no construir desta iniciativa.

Este congresso não teria tido lugar sem o apoio incondicional da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em cujas instalações este se realizou.

O reconhecimento do nosso apreço estende-se igualmente ao CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África), por todo o apoio dado e solidariedade para com a iniciativa (e a oferta de livros à biblioteca do CES). O nosso apreço igualmente a Peter Prout e à EuroSpan igualmente pelos livros oferecidos à biblioteca do CES.

Finalmente, a nossa gratidão às instituições que acreditaram no projeto e generosamente o apoiaram financeiramente, nomeadamente a Fundação Calouste Gulbenkian, o Banco BIC, a Fundação Portugal-África, a Porto Editora, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (especialmente através do projeto PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531) e a Associação IUNA.

Índice

Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins

Introdução..... 10

Bianca Pazzini, Gilberto Paglia Júnior e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger

A segregação no Brasil e a utopia da igualdade racial: Reflexões a partir da História, da Literatura e do Direito 14

Bruno Sena Martins

A violência colonial no Portugal democrático: memórias, corpos e silenciamentos 24

Carolina Peixoto e Iolanda Vasile

Dos traumas da (des)colonização ao mal-estar nas relações político-económicas atuais: o caso de Angola-Portugal..... 33

Miguel Cardina

O lugar do colonial nos discursos de Aníbal Cavaco Silva..... 49

Maria Paula Meneses

Só revendo o passado conheceremos o presente? Alguns dilemas das descolonizações internas em Moçambique 56

Luísa Marroni

Experiências de Colonialismo no Porto de 1934, na Primeira Exposição Colonial Portuguesa 67

Carla Patrícia Silva Ribeiro

História e Império. Exposições portuguesas e o estabelecimento de modelos de representação identitária: a Iª Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português 88

Cristina Portella, Maria Melícias e Verónica Leite de Castro

A descolonização de Angola nos jornais de Esquerda portuguesa (do 25 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975)..... 101

Alfredo Pazmiño

Génesis y empoderamiento del activismo social para la defensa de los Derechos Humanos de las personas Lesbianas, Gais, Bisexuales y Trans (LGBT) en el África Lusófona: El caso de la ciudad de Mindelo, Cabo Verde..... 113

Alain Souto Rémy

As autoridades tradicionais angolanas e o paradigma jurídico ocidental 131

Bruno Santos de Araújo Fernandes e Karla Gobo

As mudanças na relação Brasil-Portugal: uma análise acerca das colônias portuguesas na África na década de 1970 138

Sofia Roborg-Söndergaard e Paulo Castro Seixas

Entre dilemas e escolhas: Consciência cultural e tradução cultural nas ONGD 151

José Luiz Telles e Ana Paula Abreu Borges

Velhice desamparada? A transição demográfica na região da África Subsaariana e os desafios para os sistemas locais de saúde..... 169

Violeta Maria de Siqueira Holanda e Márcio Luiz Mello

A relação entre saúde e cultura nas práticas terapêuticas da Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ 182

Só revendo o passado conheceremos o presente?

Alguns dilemas das descolonizações internas em Moçambique^{1,2}

Maria Paula Meneses,³ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
mpmeneses@gmail.com

Resumo: Em 1975, com a independência, Moçambique herdava uma complexa situação política, fruto da violência colonial a que o país estivera sujeito. A tentativa de remodelação política - transformação de província ultramarina em Estado - em estado-nação, e a consequente ampliação da ‘base’ de apoio a esse regime político, entre outros fatores, explicam os antagonismos e debates que cruza(va)m uma sociedade em construção. Central à construção da ‘moçambicanidade’, um dos objetivos fortes do regime político no poder, estava a ideia da dignidade, do saber ser, estar e pertencer a um projeto político de raiz africana. Desafiando uma visão que recorre à descolonização como um termo prescritivo, uma fase na maré teleológica da história, este trabalho percorre o processo de mudança da toponímia em Moçambique, no período que antecedeu de imediato a independência para, de forma mais ampla, questionar os processos de ‘descolonização’ mental experimentados em Moçambique, nos anos que se seguiram à independência nacional.

Palavras-chave: Moçambique, descolonização, toponímia, história pública

1. Porquê o retorno da história?

A explosão de estudos pós-coloniais cruzando a história, a literatura, a antropologia, a sociologia, entre outras disciplinas académicas tem procurado preencher uma das mais notáveis ausências no exame da história do mundo ocidental: o colonialismo e as continuidades deste projeto político para além das independências políticas. Este impulso mostra que este passado não está esquecido. Muito do trabalho académico realizado pelas

¹ Este trabalho resultou de vários projetos de investigação, nomeadamente: Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, no âmbito do projeto PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531 (coordenado pela autora) e FCT EXPL/ATP-EUR/1552/2012 (projeto coordenado por Tiago Castela).

² Texto referente à comunicação apresentada no painel “Descolonizações? Avaliando as dimensões políticas, culturais e epistémicas das transições”, no *IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9)*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

³ Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É doutorada em Antropologia pela Universidade de Rutgers (EUA) e Mestre em História pela Universidade de S. Petersburgo (Rússia). É também membro do Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança, em Moçambique. Trabalha temas relacionados com processos identitários e descolonização, com enfoque nos contextos africanos.

ciências sociais e humanidades tiveram por objetivo produzir conhecimento que justificassem a posição de superioridade civilizadora da metrópole. As formas complexas que estão na origem da moderna ideia de Europa foram feitas pela conjugação de imagens produzidas por percepções eurocêntricas produzidas quer nas então colónias, quer através de categorias eurocêntricas produzidas para se compreender o ‘espaço colonial’. Valentin Mudimbe analisa nos seus textos (1988: 208) como parte significativa do saber sobre o continente africano continua refém de saberes produzidos por bibliotecas coloniais, impossibilitando uma leitura plural – pluriversalista e poliracional – do mundo. Este posicionamento teórico e metodológico trouxe no seu bojo a destruição das relações sociais, a descontinuidade e subalternidade de instituições e a perda dos territórios. Para Edward Said, se o imperialismo representou a teoria, o colonialismo traduziu-se numa prática que transformou os territórios considerados inutilmente desocupados em novas versões úteis da sociedade metropolitana (1980: 78). Nestes lugares ‘vazios’ do continente africano, os poderes coloniais construíram novas sociedades, permitindo a emergência de ‘pequenas europas’ espalhadas por toda a Ásia, África e Américas, cada uma refletindo as circunstâncias, os instrumentos específicos da cultura dos países de origem, dos seus colonos. Estas geografias imaginadas pelo binómio poder-saber imperial traduziram-se em ações concretas, através da produção de mapas e da nomeação de territórios, a partir de referências europeias. O impacto político destas ações traduziu-se no desmantelamento dos territórios e ocupação do espaço africanos, trazendo consigo o dilacerar da terra, das formas de ser africanas, a expropriação das terras dos africanos, a eliminação de seus símbolos, a implementação de medidas administrativas e jurídicas destinadas a limitar a liberdade dos africanos e a obrigatoriedade do pagamento do imposto em dinheiro, a definição do lugar da residência, foram alguns dos duros impactos da moderna colonização.

A relação colonial produziu mentes dominadas por lógicas externas, obrigadas a adaptar e a copiar lógicas e formas de pensar exógenas. Dando eco ao repto lançado por Wa Thiong’o (1986), a descolonização emerge como um dos elementos políticos mais importantes do século XX. Descolonizar implica abrir o espaço a outros saberes sequestrados, condição para ampliar o resgate da história, democratizando-a. Em Moçambique, no período de transição para a independência,⁴ um episódio pouco tratado do processo de descolonização tem a ver com a reinscrição e a reapropriação da identidade africana, a partir da recuperação histórica e geográfica do território. A partir de março de 1975, várias praças, ruas, vilas e cidades viram os seus nomes serem desafiados por outras histórias, refletindo saberes ocultados e subalternizados, mas não esquecidos. A (re)conquista do poder de narrar a própria história – e, portanto, de construir a sua imagem, a sua identidade, de recuperar e assumir uma diversidade de saberes – tem de passar por um diálogo crítico sobre as raízes das representações contemporâneas, questionando as geografias associadas aos conceitos. Isso explica por que o direito à história emerge como uma reivindicação central para os movimentos emancipatórios que se vão desenvolver no continente pós- Segunda Guerra Mundial; os africanos irão reivindicar o direito de decidir sobre o seu próprio destino (soberania) e de pertencer a si mesmos (autonomia). Estas mudanças de perspectiva exigiram a reapropriação do seu conhecimento, da sua capacidade de conhecer o mundo de forma

⁴ Depois da tomada de posse do governo de transição e até à independência do país, ou seja, entre Setembro de 1974 e Junho de 1975.

autónoma, para representá-lo e, conseqüentemente para se autodefinirem (Mbembe, 2002: 242), ampliando o sentido das lutas pela ‘descolonização’.

Este texto apresenta vários aspetos do processo de reapropriação do território, parte da luta pela descolonização do Moçambique que se emancipava do projeto colonial. O argumento central é que a descolonização da paisagem política de Moçambique foi produzida em diálogo com o governo de transição, numa altura e que se perspectivava já uma mudança radical da reconstituição das referências políticas nacionais. A remoção de monumentos – ícones coloniais – e a produção de uma nova topografia política do país anunciavam uma nova paisagem em construção. Neste novo contexto, a descolonização traduziu-se como um conceito que se anuncia em sentidos mais amplos de mudança, para além da independência e a transferência de poderes aos africanos. A descolonização, ao exigir o direito à história, para além da narrativa eurocêntrica, desdobra-se em desafios: um, ontológica - a renegociação das definições do ser e dos seus sentidos - e, outro, epistémico, que contesta a compreensão exclusiva e imperial do conhecimento (Meneses, 2009).

Este trabalho é composto por três partes. A primeira argumenta que os nomes dos locais são um instrumento político utilizado para interligar o lugar aos processos identitários, especialmente em contextos coloniais. A segunda parte apresenta o contexto da nomeação política colonial, tendo como enfoque Moçambique. Na terceira parte são apresentados dois casos de renomeação de topónimos como (re)criadores de outras identidade do lugar, respondendo aos desafios da construção do projeto político nacional. No caso sob análise – Moçambique –, os acordos sobre a (re)nomeação do lugar, através da alteração toponímica, são reveladores de um processo de reivindicação de outra história, com outros atores, história esta cuja reapropriação (incluindo os debates e opções sobre as ‘novas’ nomeações) desafiavam o privilégio epistémico do Norte global, apontando a necessidade de se repensarem aspetos das transições políticas, sobre quem tem o poder e como o utiliza.

2. Ocupando espaços, atribuindo nomes

A ocupação colonial do território que hoje constitui essencialmente Moçambique ocorreu na segunda metade do séc. XIX. O rigor académico da época não reconhecia como possível uma relação de igualdade no processo de socialização de saberes. O ‘outro’ que agora chegava para ‘colonizar’ África não podia existir no mesmo espaço-tempo do ‘negro’ subalterno, e partilhar com este a experiência da ‘descoberta’ de novos espaços que afinal se encontravam ocupados. A pesquisa científica que vai traduzir a diversidade africana para o mundo europeu denotava o interesse das potências coloniais em conhecer para ocupar. Para tal importava o direito de primazia, de descoberta, que Portugal vai agitar (como outras potências coloniais europeias), combinando a reivindicação de direitos históricos com informação científica credível, produzida segundo os *standards* da época e por exploradores europeus.

Juntamente com as campanhas militares de ocupação, as viagens de reconhecimento que tiveram lugar na África subsaariana a partir da segunda metade do séc. XIX, eram concebidas e organizadas segundo os métodos académicos com reputação credível na época. O que contava não era tanto o conhecimento sobre, mas o formalismo das técnicas que envolvia o processo de exploração, e que legitimavam e consagravam esse saber. Para se declarar um lugar descoberto, este tinha de estar desprovido de qualquer saber ou informação sobre ele. Era preciso primeiro criar a ignorância sobre o local, para depois o recheio de informações, novas designações e, finalmente, de colonos. Neste sentido, a viagem iniciada em 1884 por Capelo e Ivens de Moçamedes (costa Angolana) até Quelimane (costa de Moçambique),

atravessando o continente africano, foi declarada como tendo passado por território inexplorado por europeus (Capello e Ivens, 1886).

Os resultados desta expedição, a exemplo de outras, foram registrados através de desenhos, fotografias, mapas e relatos escritos sobre os ‘novos’ lugares. Esses registros ilustram as atitudes da época sobre o chamado ‘continente negro’, referindo-se com frequência aos habitantes africanos (incluindo os que participaram nas epopeias de exploração) como ‘nativos incivilizados’ ou ‘bons selvagens’ (ex. Oliveira Martins, 1904: 254, 286; Lupi, 1907: 240). Como resultado, a contribuição dos africanos para a exploração científica de África foi apagada da história,⁵ circunscrita a simples notas de rodapé, ou às imagens sem voz de carregadores.

Pela mão da geografia colonial, territórios imensos, cujos habitantes se encontravam envolvidos em redes internacionais de comércio, tornaram-se espaços despovoados, prontos a serem ocupados pelos colonos de origem europeia que chegavam ao continente, pós-conferência de Berlim (1884-1885). Por exemplo, escrevendo sobre a região da atual Nampula, em Moçambique, O’Neill contrapõe o despovoamento da região e o desconhecimento de Portugal sobre a região à necessidade de o império britânico ocupar a região: “*Este esplendido porto [Nacala] ainda não é conhecido, embora seja um dos melhores da África Oriental [mas] nos mapas britânicos este local não está ainda referenciado* (O’Neill, 1895: 373). Mais adiante o autor acrescenta que a região se encontra quase deserta devido às guerras tribais que a assolaram recentemente (1895: 374). Omitindo as razões subjacentes a muitas destas guerras – as campanhas de ocupação e os tratados coloniais feitos com autoridades locais – o mito de uma terra vazia antes da colonização serviu os propósitos políticos coloniais. Como Edward Said refere (1978), o mapa transformou-se num (pre)texto, que preparou o mundo para a conquista científica colonial. Durante o século XX, os mapas políticos de África constituíram a expressão da atitude colonial: a ocupação de território, a formatação de fronteiras que se sobrepunham a qualquer outro tipo de formação política ou cultural. Mais: ao retalhar o mapa em espaços coloniais este tipo de mapa político sugeria implicitamente que os países aí representados – estes espaços, as culturas assim delimitadas e as pessoas que os ocupavam – eram fundamentalmente diferentes umas das outras. Tal como noutros contextos coloniais, estes mapas sobre a África colonial não contêm referência alguma a qualquer exigência ‘indígena’ sobre territórios; os habitantes anteriores do continente desaparecem nos meandros ocidentais da construção plana de um espaço abstrato.

Fruto de um projeto imperial iluminista, esta produção científica trouxe novas preocupações sobre o conceito de observação e de classificação de factos empíricos, relegando, em paralelo, para um lugar secundário, o conhecimento existente sobre os lugares, os recursos, as pessoas. As prospeções e as explorações sistemáticas realizadas por europeus foram preenchendo o continente africano de nomes estranhos, de matriz europeia, sinónimo da ocupação deste espaço por outro projeto político.

Moçambique foi constituído historicamente como uma colónia de povoamento, para receber colonos de Portugal (Meneses e Gomes, 2013). Este fato exige que se retome a discussão sobre os processos migratórios em contexto colonial – processos estes cuja complexidade não tem sido suficientemente explorada do ponto de vista socio-histórico e

⁵ Por exemplo, as travessias do continente realizadas por africanos antes de travessias ‘científicas’ não foram reconhecidas (Amara e Amaral, 1984).

político. Um dos aspetos menos visíveis deste processo tem a ver com a ocupação do lugar através de mudanças toponímicas. No caso de Moçambique, a moderna ocupação colonial traduziu-se na irrupção de inúmeras localidades com designações associadas à história e memória de feitos de Portugal e portugueses. Lugares de feitos heroicos e seus paladinos, memórias do passado deixado para trás, foram criando uma cartografia colonial, a sublimação do espaço, a que Camões faz referência, e como se analisará mais detalhadamente a seguir. Lichinga transformou-se em Vila Cabral, Angoche deu lugar a António Ennes, e Xai-Xai metamorfoseou-se em João Belo – ou seja, uma homenagem aos heróis das campanhas de ocupação. A renomeação deu lugar também ao aparecimento de réplicas europeias, como Vila de Nova Freixo,⁶ Nova Viseu,⁷ Olivença,⁸ Aldeia de Santa Comba,⁹ Aldeia da Madragoa,¹⁰ Nova Lusitânia,¹¹ que uniam estes espaços coloniais à metrópole europeia. Como estes exemplos lembram, uma das características das atribuições toponímicas foi justamente perpetuar nomes que justificassem e legitimassem as políticas coloniais de Portugal em África, e que aproximassem estes espaços ‘mal utilizados’ de réplicas – institucionais e culturais – do espaço metropolitano (Meneses, 2010). O corolário desta atitude em relação a África foi a construção da história de África como uma macro ausência (Santos, 2002: 246); ou seja, a negação de qualquer facto histórico no continente que antecederesse a presença europeia. A partir do Iluminismo, mas consagrada com o apoio da ciência geográfica moderna intimamente associada à história, África transforma-se num continente sem história, vazio de passado.

3. Renomeando lugares, (re)construindo a história

A construção da alteridade não é apenas um produto do pensamento evolucionista ou de qualquer dos outros projetos de afastamento, cujo objetivo ideológico é hoje sobejamente conhecido, como sublinha Johannes Fabian (2013: 230). Os nomes de lugar, os topónimos, são um dos elementos constitutivos da identidade dos lugares, sendo um dos vetores constitutivos de qualquer projeto ideológico. A toponímia foi um dos instrumentos políticos usados pelo colonialismo em Moçambique, para alicerçar a sua presença neste território. Através do paradigma colonial - conjunto de axiomas, conceitos e discursos – Moçambique transformou-se num objeto de conhecimento para Portugal. Como Baudrillard mais tarde teorizaria (1994: 1), a construção do projeto colonial em Moçambique assentou e desenvolveu-se a partir de um mapa mental que precedeu o território. As representações do espaço – e a sua nomeação – estavam tão perniciosamente presentes nas representações identitárias que eram vistas como desprovidas de qualquer carga colonial negativa por muitos dos brancos que estavam em Moçambique no período de transição. Os mapas cognitivos sobre Moçambique, resultado do devaneio colonial, funcionavam como fonte de autoridade

⁶ Atual Cuamba. Esta designação do tempo colonial foi uma homenagem, por parte de colonos portugueses, a um antigo Ministro do Ultramar de Portugal e, posteriormente, Governador de Moçambique, almirante Sarmento Rodrigues, natural de Freixo de Espada à Cinta, em Portugal (Cabral, 1975: 123).

⁷ Atual Mtelela.

⁸ Atual Lipiliche.

⁹ Atual Mahalazene.

¹⁰ Atual Chilembene.

¹¹ Atual Buzi.

na luta pelo território (Huggan, 1994). A partir do final do séc. XIX, a moderna administração foi, como já referido, criando um novo sentido de território, ao preencher o espaço com outros saberes, outros símbolos, outras referências. No extremo norte do país, onde a ocupação definitiva aconteceu no virar para o séc. XX, Pemba, então um pequeno entreposto comercial, foi promovido à categoria de povoação, sede de uma das mais importantes companhias majestáticas da colónia. Esta promoção foi acompanhada por uma mudança toponímica, tornando-se Porto Amélia, em homenagem à última rainha de Portugal. O texto da decisão desta nomeação é exemplar da estrutura de poder associada à mudança toponímica:

Tendo o Exmo. Conselho de Administração da Companhia do Niassa deliberado dar o nome de Sua Majestade a Rainha Senhora Dona Amélia à nova povoação de Pemba, que deve ser a futura capital dos territórios, prestando assim um preito de homenagem, respeito e simpatia a tão Excelsa Senhora.¹²

Mais para oriente, mas nas mesmas latitudes, surge uma povoação – Lichinga – que na língua dos povos da região – Yao – significa grande muro, em referência clara à parede montanhosa que rodeava a região. Nas primeiras décadas do séc. XX esta povoação foi elevada à categoria de sede do distrito com a designação de Vila Cabral, em homenagem ao então Governador-Geral de Moçambique.

Por terras de Quelimane, por exemplo, a vila de Gurué, é outro caso paradigmático. O Gurué pertencia inicialmente ao Prazo Lomuè, passando posteriormente a povoação a ser posto sede, numa zona conhecida pela excelência do chá que aí se produzia. No pós Segunda Guerra Mundial, e na busca de homenagear um dos pioneiros portugueses da produção maciça de chá na região - Manuel Saraiva Junqueiro – passou a denominar-se Vila Junqueiro, até à independência de Moçambique, altura em que voltou a chamar-se Gurué.

E as opções de designação refletiam igualmente os apoios e as reações regionais e internacionais a que Portugal pertencia. Mais a sul, na convergência fronteiriça entre Moçambique, a África do Sul e a então Rodésia do Sul,¹³ o topónimo escolhido – Malvénia¹⁴ – celebrava a ação colonial integracionista de um súbdito britânico - Sir Godfrey Huggins, Visconde de Malvern, e antigo primeiro ministro da Federação da Rodésia e Niassalândia.¹⁵

Marracuene, no sul de Moçambique, entraria na história através da famosa batalha com o mesmo nome, que ocorreu na madrugada de 2 de Fevereiro de 1895. Opondo forças do reino de Gaza ao exército português, este momento da ocupação militar de Moçambique marcou o fim de Ngungunhane e do seu estado. António Ennes, que era então Alto Comissário de Moçambique, e que organizara politicamente várias das campanhas militares na região, sublinhava a importância estratégica deste local, explicando a sua decisão em (re)fundar a povoação com o mesmo nome porque estava “[...] *desgostoso de tantas destruições, também desejei construir*. [Marracuene] *tinha comunicações com a cidade [...], o seu chão era*

¹² *Boletim da Companhia*, n.º 23, de 13 de Janeiro de 1900.

¹³ Atual Zimbabué.

¹⁴ No lado rodésiano da fronteira a designação era a mesma – Malvern. Depois da independência Malvénia foi chamada de inicialmente de Chicualacuala (Cabral, 1975: 38), nome porque era anteriormente conhecido este lugar. Posteriormente esta vila fronteiriça foi renomeada Vila Eduardo Mondlane, em honra ao primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique, embora continue a ser conhecida pelo seu nome local.

¹⁵ Este político tinha promovido a aproximação regional, apoiando o desenvolvimento do caminho-de-ferro que ligava os portos de Moçambique ao interior do continente.

fecundo e a presença militar dava-lhe segurança” (Ennes, 1898: 433). Esta pacata vila¹⁶ seria renomeada na década de 1940 (em vão, já que esta designação seria muito pouco utilizada no quotidiano) Vila Luísa, em homenagem à filha de um dos ‘construtores’ da capital, Joaquim José Machado.¹⁷ Então major de engenharia, Joaquim José Machado teve a seu cargo a coordenação da expedição das Obras Públicas a Moçambique, momento impulsionador da nova política colonial de Portugal, e que produziu o primeiro plano urbano da capital. Finalmente, algumas décadas passadas (1968), e em homenagem ao então chefe do governo de Portugal, António Salazar, a Vila da Matola, satélite da capital da colónia, foi renomeada Salazar (ascendido a cidade em 1972), embora o nome tenha conhecido fraca adesão.

Foi este mapa cognitivo colonial, este roteiro de ocupação, que as novas forças políticas desafiaram desde cedo. Questionado a propósito urgência das alterações de toponímia, Amaral Matos, que liderava um dos pelouros do Conselho Municipal de Maputo, afirmou:¹⁸

A nossa história é parte de quem somos; qualquer pessoa conhece a sua história, as suas ligações familiares, as línguas que fala, a sua cultura, ligações religiosas. É isso que nos marca, nos dá identidade. A mudança dos nomes foi parte do processo de descolonização, da mudança da história. É essa história que nos liga [...], que nos dá chão. Mudar a situação colonial passou por dar a conhecer a nossa história, as nossas raízes, o nosso ponto de encontro.

Esta posição era partilhada por vários intelectuais e políticos em Moçambique. Alguns anos antes Aquino de Bragança escrevera que *não bastava pôr fim ao sistema colonial português*. [...] *A luta contra o sistema colonial tinha necessariamente de passar por uma rutura a todos os níveis: conceção da história, conceção das relações sociais, económicas e políticas*”.¹⁹ Por isso, para os moçambicanos que aguardavam com ansiedade a chegada da independência, as alterações da toponímia eram um sinal profundo de mudança epistémica que se anunciava. Os nomes ligam as identidades aos lugares, acrescentando uma dimensão histórica, até então silenciada, à contemporaneidade dos lugares. As alterações, como se verá de seguida, significaram a rutura da hegemonia colonial, símbolo do desvincular de Moçambique da herança colonial e do retorno do controlo sobre os sentidos dos lugares pelos seus habitantes. O fim do império e a chegada do governo de transição promoveram ativamente a descolonização do lugar, reflexo da urgência em ultrapassar as representações simbólicas da ocupação do espaço pelo projeto colonial, trazendo no seu bojo a segregação racial e a discriminação de outros saberes. A reconstituição da identidade africana de Moçambique foi assim uma das primeiras iniciativas de mudança toponímica. Numa das cidades satélites da capital de Moçambique, na Matola, que havia recuperado a sua designação logo após o golpe de estado de 25 de Abril de 1974,²⁰ já em fevereiro de 1975 surgiram as primeiras propostas de mudança de nome de bairros e de ruas (Castela e Meneses, 2015). Esta notícia era apresentada como o retomar da personalidade africana desta

¹⁶ Hoje um subúrbio da cidade de Maputo.

¹⁷ Foi também Governador do Território da Companhia de Moçambique (1892/1897), Governador Geral de Moçambique, e também Governador Geral da Índia portuguesa.

¹⁸ Entrevista realizada em Junho de 1990, em Maputo.

¹⁹ CEA (1983), “Editorial”, *Não Vamos Esquecer*, Maputo, nº1, p.3-5.

²⁰ Então Lourenço Marques, tendo sido renomeada Maputo a 3 de Fevereiro de 1976. Veja-se o decreto-lei nº 10/76, de 13/3/1976, que confirmou a mudança de topónimos de origem colonial após a independência de Moçambique.

localidade,²¹ assinalando a rutura com o peso simbólico da cartografia colonial. Nomes como ‘Marcelo Caetano’, ‘Silva Cunha’, ‘Sarmiento Rodrigues’, ‘Rui Patrício’, líderes políticos do regime colonial-fascista português, foram abandonados, passando os bairros a conhecer novas designações, que perduram até aos nossos dias.²² A participação popular nos processos políticos locais era intensa, sendo os programas de planeamento da gestão urbana discutidos frequentemente em plenário, contando com o apoio da população da urbe.²³

A reocupação do espaço através da sua renomeação foi acompanhada pela alteração da designação de ruas, e pela remoção de monumentos erguidos durante o período colonial, que “representam valores de uma época que a história ultrapassou.”²⁴ Em Maio de 1975, um mês antes da independência, o processo de remoção de estátuas aprofundou o sentido de desligação do país em relação à história da antiga metrópole.

Pouco depois Samora Machel, acompanhado por outros líderes da FRELIMO, deu início à viagem ‘do Rovuma ao Maputo’. Durante cerca de um mês, atravessando o país em diálogo com as populações, Samora Machel procurou conhecer os problemas que afetavam o país que ia nascer, explicando, em atento contacto com as populações, as razões da luta e o processo político em curso.²⁵ Na então Vila Cabral, um dos lugares que a delegação da FRELIMO escalou, Samora Machel questionou abertamente a razão do nome da cidade:

Viva o povo de Litchinga (não conheço quem foi Cabral)! Viva a emancipação da mulher moçambicana! A luta continua! Independência ou morte! Abaixo o colonialismo! Abaixo a opressão! Abaixo a discriminação racial! Abaixo a humilhação! Viva a humanidade! [...] Aqui não é Vila Cabral, aqui é Tchinga. Cabral foi um grande colonialista que mereceu a honra de o capitalismo batizar uma das nossas cidades com o seu nome, por ter sido um grande explorador, grande opressor, e grande colonialista. [...]
José Álvaro Cabral foi governador aqui no tempo em que Moçambique era mesmo colónia. Ele aplicou bem o sistema do colonialismo e então mereceu essa honra! Ouviram?! Nós não conhecemos e, quando começamos a guerra aqui, a população de Niassa não conhecia esta cidade como Vila Cabral. Não conhecia [...] por isso não é Vila Cabral esta cidade, ouviram? Se é caso de dar nome, daremos um nosso... Daremos o nosso, menos Cabral.²⁶

Mensagem semelhante aconteceria noutros locais. Por exemplo, no comício que orientou na cidade de Porto Amélia, Samora Machel indagaria a população da cidade sobre a origem do nome, afirmando: “Esta terra não é Porto Amélia. É Pemba. É ou não é? Vai sair essa coisa de Porto Amélia...”²⁷

²¹ “Matola retoma a sua personalidade: nomes coloniais vão ser banidos por proposta entregue ao governo”, *Notícias* de 1 de maio de 1975, pág. 3.

²² Veja-se também “Bairro de Lourenço Marques perde nome colonial – Mahlazine”, *Notícias* de 18 de março de 1975, pág. 3.

²³ “Câmara da Matola propõe programa de reconstrução da cidade para ser discutido com a população, idem”, *Notícias* de 8 de fevereiro, pág. 3.

²⁴ Como estipulava a decisão tomada sobre estes monumentos, estes deveriam ser “conservados no nosso país para, em museus, constituírem futuros elementos de estudo do nosso passado histórico”, como veio, de facto, a acontecer em várias situações. “Conservação em museus de monumentos coloniais”, *Notícias* de 5 de maio de 1975, pág. 1 e “Última hora - começou as primeiras horas desta madrugada a remoção dos monumentos coloniais existentes em Moçambique”, *Notícias* de 9 de maio de 1975, pág. 1.

²⁵ “Conhecer a fundo os problemas do povo - objetivo da viagem de Samora Machel”, *Notícias* de 26 de maio, pág. 1.

²⁶ “Estabelecer justiça e acabar com a humilhação - objetivos reafirmamos por Samora Machel”, *Notícias*, de 2 de Junho de 1975, pag. 1, 2 e 4.

²⁷ *Notícias da Beira*, de 31 de maio de 1975, pág. 2.

O questionar da história, apelando à participação de outros saberes, tornou possível a denúncia persistente do projeto colonial. A análise do posicionamento geopolítico sobre o conhecimento revela o que se sabe e como é que esse saber é produzido, uma combinatória que Boaventura de Sousa Santos tem vindo a designar de sociologia das ausências e emergências (2002). Como procurei apontar neste curto texto, o processo de transição conheceu, desde cedo, a emergência da releitura da história dos lugares, momento fundamental da descolonização mental.²⁸

A descolonização do conhecimento passa pelo reconhecer das fontes e das localizações da geopolítica dos produtores de conhecimento, ao mesmo tempo que se afirma modos e práticas de conhecimento que foram negados pela predominância de formas particulares de saber que almejaram globalizar-se como universais. Ciente desta realidade, Samora Machel desafiava abertamente a presença colonial portuguesa em Moçambique, produzindo uma cartografia alternativa das alianças da FELIMO:

Em nome da civilização Portugal permaneceu em Moçambique mais de 400 anos. Nós servimos como animais de transporte. Ao longo de mais de 400 anos provamos que não há colonialismo humano e muito menos democrático. A presença de colonialismo, de qualquer colonialismo significa crime, presença de crime. As tarefas essenciais do colonialismo foram a liquidação dos nativos, fisicamente, mentalmente. A sua tarefa essencial era oprimir, reprimir, humilhar e destruir. [...] Enriquecemos Portugal à custa do nosso esforço, do nosso sangue. Quando começamos a luta armada, é porque não havia outra via, não havia outro caminho, senão a violência. E o mundo dividiu-se. O mundo 'civilizado' o chamado mundo livre, o ocidente, apoiou o colonialismo. A Inglaterra, a França, e a Alemanha federal instalou fábrica de armas em Portugal. O outro mundo, a zona livre da humanidade, a zona libertada, onde o poder pertence as massas, imediatamente foi para o lado do povo moçambicano.²⁹

O direito a outras histórias (e o fim da macro-narrativa hegemónica eurocêntrica) traduziu-se em Moçambique num aspeto fulcral do direito à autodeterminação, um momento de luta pelo reconhecimento da diversidade, pela abertura do cânone da participação, para além da matriz colonial moderna. Desta forma foi possível, ainda no período de transição, desafiar os mapas cognitivos coloniais, reintroduzindo a história nos debates que marcam as sociedades contemporâneas, problematizando as visões de mundo, a partir de um diálogo intercultural que potencie a pluriversalidade. Pensando simultaneamente local e globalmente, este turbulento processo político mostrou que é possível criar histórias entrelaçadas, concorrendo para conhecer e compreender a teoria e os sentidos da pesquisa a partir das perspetivas de cada sociedade / comunidade e segundo os seus próprios propósitos (Santos, Meneses e Nunes, 2004). A descolonização íntegra, para além das lutas políticas, a exploração de sonhos, do possível, como este trabalho procura dar conta. É uma ponte política entre anseios e raízes de experiências.

Como Aquino de Bragança teorizou, a leitura das transições políticas no cone austral de África deve ser lida como um processo dinâmico que passa, também, pela libertação do poder de contar a própria história, a partir de outras experiências e referências.

²⁸ Machel, Samora (1982), “Descolonização mental: nosso atual problema”, *Revista Tempo* (23 de Maio), nº 606, pp. 26-31.

²⁹ *Notícias* de 4 de junho, pág 3.

Referências

- Amaral, Ilídio do; Amaral, Ana (1984), “A viagem dos pombeiros angolanos Pedro João Baptista e Amaro José entre Mucari (Angola) e Tete (Moçambique), em princípios do século XIX, ou a história da primeira travessia da África central”, *Garcia de Orta, Série Geografia*, 19 (1-2).
- Baudrillard, Jean (1994), *Simulacra and Simulation*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Cabral António Carlos Pereira (1975), *Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique – Sua Origem*. Lourenço Marques: Empresa Moderna.
- Capelo, Hermenegildo; Ivens, Roberto (1886), *De Angola à contra-costa: descrição de uma viagem através do continente africano*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2 volumes.
- Castela, Tiago; Meneses, Maria Paula (2015), “Naming the Urban in Twentieth-Century Mozambique: Towards Spatial Histories of Aspiration and Violence”, in Carlos Nunes Silva (org.), *Urban Planning in Lusophone African Countries*. Aldershot: Ashgate, 215-224.
- Ennes, Antonio (1898), *A guerra d'África em 1895: memórias*. Lisboa: Typographia do Dia.
- Fabian, Johanne (2013), *Time and the Work of Anthropology: Critical Essays 1971-1981*. New York: Routledge.
- Huggan, Graham (1994), *Territorial disputes: Maps and Mapping strategies in Cotemporary Canadian and Australian Fiction*. Toronto: University of Toronto Press.
- Lupi, Eduardo (1907), *Angoche: breve memória sobre uma das capitánias-móres do Districto de Moçambique*. Lisboa: Tipografia do Anuario Commercial.
- Mbembe, Achille (2002), “African Modes of Self-Writing”, *Public Culture*, 14 (1), 239-273.
- Meneses, Maria Paula (2010), “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais”, *E-cadernos CES*, 7, 68-93.
- Meneses, Maria Paula; Gomes, Catarina (2013), “Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa”, in Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (org.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 59-107.
- Mudimbe, Valentin Y. (1988), *The Invention of Africa*. Bloomington: University of Indiana University Press.
- Oliveira Martins, Joaquim Pedro (1904), *O Brasil e as colónias portuguesas*. Lisboa: Parceria António Mário Pereira.
- O'Neill, Henry E. (1895), “Some remarks upon Nakala (Fernão Veloso) and other ports on the northern Mozambique coast”, *Proceedings of the Royal Geographical Society and Monthly Record of Geography*, 7(6), 373-377.

Said, Edward (1978), *Orientalism*. New York: Pantheon.

Said, Edward (1980), *The Question of Palestine*. New York: Vintage.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

Santos, Boaventura de Sousa; Nunes, João Arriscado; Meneses, Maria Paula (2004), “Para Ampliar o Cânone da Ciência: a diversidade epistemológica do mundo”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 25-68.

Wa Thiong’o, Ngũgĩ (1986), *Decolonizing the Mind. The politics of language in African literature*. London: Heinemann.